

EDITORIAL

A Revista Tuiuti: Ciência e Cultura vem se constituindo em um dos meios de divulgar os resultados das pesquisas desenvolvidas pelos professores, alunos desta universidade e pela comunidade de pesquisadores externa a ela.

Em seu número 57 do volume 5, esta revista traz um conjunto de oito artigos com temáticas bastante diversas dentro da área do Direito.

Abre esta edição o artigo “Interesse público nas suspensões de sentenças e liminares contrárias ao poder público”, de Júlio Cesar Gomes Guterres e Laércio Cruz Uliana Junior que tem por objetivo identificar o interesse público envolvido na suspensão de sentenças e liminares contrárias ao Poder Público.

Na sequência temos o artigo de Pedro Henrique Brunken Flores, intitulado “Direitos Fundamentais, Princípios Constitucionais e Omissão Inconstitucional Administrativa: os precedentes administrativos como proposta de controle” que aborda a Constituição Federal de 1988 e os direitos fundamentais presentes no texto constitucional.

Neimar Batista e Ana Rosa Tenório de Amorim apresentam o artigo “A Vulnerabilidade no Direito Privado: do conceito às aplicações”, discutindo a vulnerabilidade como um conceito legal e suas aplicação ao Direito Privado.

Com o objetivo de analisar a atuação do Ministério Público frente as questões concernentes ao Direito do Consumidor, de Eloise de Castro Borba, Leonardo Pedriça Moreira e Roberto Siquinel apresentam o artigo intitulado “A Atuação do Ministério Público no Direito do Consumidor por meio da Ação Civil Pública”.

EDITORIAL

Gregory Nascimento Zechmann e Pedro Augusto Cruz Porto trazem, em seu artigo “O surgimento do Bitcoin e sua análise à luz da legislação brasileira enquanto ativo financeiro” uma discussão a respeito da criação do Bitcoin considerando a atual conjuntura econômica global.

No artigo “A Arbitragem Aplicada aos Contratos Administrativos”, Waldemir Dias Silva e Isabel Vieira, os autores nos apresentam uma análise sobre a aplicabilidade da arbitragem como meio alternativo de soluções de conflitos decorrentes dos contratos realizados pela Administração Pública.

Rafael Schinoff Mércio Pereira e Fabiana Passos de Melo abordam a inconstitucionalidade da Lei 18.878/2016 do Estado do Paraná no artigo intitulado “Considerações sobre a Inconstitucionalidade da Lei Estadual N° 18.878/2016, de 27 de setembro de 2016”.

Finalizando este número, os autores Helena de Souza Rocha e Thiaga Folmann com o artigo “A Escravidão Contemporânea no Direito Internacional dos Direitos Humanos e o Caso Fazenda Brasil Verde vs. Brasil”, demonstram que a escravidão, ainda que abolida, encontra-se presente na atualidade.

Desejamos a todos uma excelente leitura.

Josélia Schwanka Salomé
Nelson Luis Smythe Junior
Editores